

O anacronismo do conceito de ortodoxia na historiografia da economia brasileira*

The anachronism in the concept of orthodoxy in the historiography of the Brazilian economy

Victor Cruz e Silva**

Resumo: O termo *ortodoxia* é um conceito cujo conteúdo é geográfica e historicamente localizado. Esse artigo parte do pressuposto que a historiografia da economia brasileira trata o termo de maneira estática, mesmo em meados do século XX, quando as teorias dominantes, tanto em nível nacional quanto em nível internacional, diferiam daquela que constitui hoje o pensamento hegemônico. Esse argumento é ilustrado através da representação dada ao Governo Dutra (1946-1951) e da menção a outros poucos e breves exemplos. O objetivo é instigar um maior rigor no tratamento de conceitos fundamentais para a ciência econômica, como o conceito de ortodoxia. A conclusão a que essa pesquisa chega é a de que o termo ortodoxia é efetivamente utilizado de maneira estática e anacrônica pela historiografia da economia brasileira. Por vezes, isso leva à perda de informação acerca de determinados contextos intelectuais.

Palavras-chave: Ortodoxia; Anacronismo; História do Pensamento Econômico Brasileiro; Governo Dutra

Abstract: The term *orthodoxy* is a concept whose content is geographically and historically located. This paper begins with the presumption that the historiography of the Brazilian economic thought treats the term in a static manner, even in the mid-twentieth century, when the dominant theories, both nationally and internationally, differed from the current hegemonic thought. This argument is illustrated by the representation of the Dutra Administration (1946-1951) and the mention of a few other brief examples. The goal is to instigate greater rigor in the treatment of fundamental concepts in economics, such as concept of orthodoxy. This paper concludes that the term orthodoxy is actually used in a static and anachronistic manner by the historiography of the Brazilian economic thought. Often, this leads to loss of information about certain intellectual contexts.

Keywords: Orthodoxy; Anachronism; History of the Brazilian Economic Thought; Dutra Government

JEL: B29; N01

* Submissão: 10/12/2019 | Aprovação: 03/03/2020 | DOI: 10.5380/re.v42i77.71339

** Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) | E-mail: victor.cruzesilva@gmail.com | ORCID: 0000-0002-2504-5980



1. Introdução

Ao esclarecer quais são os elementos centrais do desenvolvimentismo, Fonseca (2014, p. 29-30) apresenta os conceitos na ciência econômica, bem como na maior parte das outras ciências sociais, como incapazes de escapar da vagueza e da ambiguidade que suas nuances lhes proporcionam. “Tais plasticidade e flexibilidade podem facilitar o usuário, pois ‘acomodam’ fatos novos que os conceitos tentam abarcar, mas a dubiedade também dificulta a comunicação dentro da própria comunidade científica”.

A partir dessa percepção, o presente artigo tem por objetivo chamar a atenção para a utilização imprudente de um conceito sugestivo e amplamente trabalhado na ciência econômica: o conceito de *ortodoxia*. Mais precisamente, pretende-se aqui fazer uma ponderação à utilização desse conceito pela historiografia do pensamento econômico brasileiro.

Como apontam Fernández e Suprinyak (2019, p. 752-753), dada a configuração histórica e institucional da ciência econômica no Brasil, a heterodoxia consolidou-se como mais representativa no país do que na média dos demais países. Posto que existe um embate natural entre ortodoxia e heterodoxia (Colander, Holt e Rosser Jr., 2004, p. 491; Dequech, 2007, p. 296) e dada a natureza pluralista da academia brasileira, então, a compreensão do que se identifica por ortodoxia – e se o significado usualmente dado ao termo é consistente com seu conteúdo histórico – faz-se relevante para enriquecer determinados aspectos do debate acadêmico.

A hipótese da qual esse estudo parte é a de que a historiografia do pensamento econômico brasileiro trata o termo *ortodoxia* de forma estática e atemporal. Isso faz com que o conceito perca força interna e não represente de forma genuína o pensamento hegemônico em determinadas épocas. A ideia adjacente a esse reconhecimento é que a ortodoxia é uma categoria intelectual dinâmica, cujo conteúdo varia histórica e geograficamente. Uma vez que há uma inalienável relação entre tempo, espaço e cultura, tal relação é entendida também como existente entre um determinado momento histórico e o respectivo pensamento predominante. Supõe-se, ainda, em concordância com McCloskey (1985, p. 148-150), que a dinâmica do pensamento econômico não segue processo falseável *per se*. Finalmente, seguindo Dequech (2007, p. 280-281) esse artigo pressupõe que a tradição neoclássica é o objeto usualmente identificado como

ortodoxia ao longo do século XX na história do pensamento econômico e na história econômica, tanto em âmbito acadêmico quanto em âmbito político.

Busca-se, portanto, argumentar que o pensamento dominante na economia brasileira, enquanto geográfica e historicamente localizado, nem sempre coincidiu com o ideário hoje classificado como ortodoxo. A ideia é de que o conteúdo referente à ortodoxia varia em resposta a diferentes períodos históricos e suas respectivas identidades geracionais. Logo, pretende-se (a) avaliar a historiografia da economia brasileira para que se entenda de maneira mais abrangente como se dá o equilíbrio de forças entre diferentes corpos teóricos na academia brasileira, e (b) ilustrar um potencial tratamento anacrônico e estático do termo ortodoxia por parte da literatura a partir de um exemplo concreto.

Dessa forma, nossa argumentação tentará indicar que, por vezes, o tratamento dado ao conceito de ortodoxia pela historiografia da economia brasileira incorre no “pecado imperdoável” (De Grazia, 2010, p. 13) do anacronismo. Isso não significa, naturalmente, que o anacronismo seja algo ubíquo na historiografia da economia brasileira. Significa tão somente que maior rigor é necessário no tratamento do conteúdo referente às ideias de ortodoxia, heterodoxia e afins. O reconhecimento dessa necessidade é o principal objetivo desse texto.

Para a realização desse exercício, esse artigo se desenvolve em quatro seções, além dessa introdução. A segunda seção apresenta diferentes conceitos de ortodoxia, *mainstream* e heterodoxia, e define aquele que guia a análise desse trabalho. A terceira seção apresenta o *Zeitgeist* da economia brasileira e da economia mundial em meados do século XX, período que é utilizado para ilustrar o argumento aqui desenvolvido. A quarta seção ilustra com um exemplo o viés anacrônico da historiografia da economia brasileira. Por fim, a quinta seção apresenta as conclusões da reflexão proposta.

2. Ortodoxia, *mainstream* e heterodoxia: conceitos

A definição de ortodoxia não pode ser dissociada da compreensão dos termos *mainstream* e heterodoxia. É importante que se ressalte, portanto, o fato que a conclusão a que esse artigo chega em muito depende do conceito de ortodoxia definido aqui como o mais apropriado. A natural e compreensível discordância do significado aqui atribuído à expressão pode – e provavelmente irá – levar a divergências quanto à conclusão obtida.

O conceito de ortodoxia estático e usual é aquele que define uma série de preceitos para a ortodoxia e os transporta através da história do pensamento econômico. Mollo (2004, p. 326), por exemplo, coloca aqueles que subscrevem à Lei de Say e à Teoria Quantitativa da Moeda como ortodoxos, sendo heterodoxos aqueles críticos a esses pressupostos. Rechaçamos essa definição por acreditarmos que ortodoxia é uma categoria intelectual em permanente evolução, livre de princípios básicos atemporais.

Lisboa (1997, 1998), por sua vez, adota um conceito dinâmico de ortodoxia, utilizando a expressão tradição neoclássica como equivalente¹. Para Lisboa (1998, p. 141, 143), “[...] a tradição neoclássica se caracteriza pela construção de proposições analíticas e empíricas que, em certa medida, seguem princípios metodológicos de natureza popperiana”, e pela “[...] permanente construção de modelos alternativos, substituição das hipóteses utilizadas e incorporação de novos problemas”. A heterodoxia seria, então, aquela que se concentra em tentar desconstruir os argumentos apresentados pela tradição neoclássica. Adaptando essas colocações à terminologia de Arida (1996), pode-se dizer que Lisboa vê a ortodoxia econômica como um exemplo de *hard science*, na qual o método instrumental-falsificacionista predomina.

A versão de ortodoxia de Lisboa contempla também um pensamento dominante dinâmico. O presente estudo, porém, rechaça essa definição, por entender que a ciência econômica, embora pretensamente falseável, não encontra em sua história intelectual muitas teorias abandonadas por terem sido desacreditadas pela empiria. O próprio Lisboa (1998, p. 122) cita Caldwell e McCloskey como pesquisadores que apontam para o fato de que “[...] autores neoclássicos [ortodoxos] em geral não abandonam modelos falsificados”. Lisboa discorda desta percepção. Esse artigo, ao contrário, faz eco ao diagnóstico de Caldwell e McCloskey e presume que o dinamismo da categoria “*ortodoxia*” reside sobre outros fatores que não o falsificacionismo. As definições de ortodoxia, *mainstream* e heterodoxia a que essa pesquisa subscreve são as estabelecidas por Colander, Holt e Rosser Jr (2004) e incrementadas por Dequech (2007).

Colander, Holt e Rosser Jr (2004, p. 490) veem *ortodoxia* como uma categoria *intelectual*. Identifica-se, portanto, com uma dada escola de pensamento.

¹ Indício disso é que Lisboa (1998, p. 131-132) coloca a escola austríaca, a síntese neoclássica e a escola novo-clássica como integrantes dessa tradição. Isso reforça o que foi pressuposto na introdução desse artigo.

Para os autores, o termo é uma avaliação estática e retroativa de uma ciência dinâmica e em constante mutação. Logo, ortodoxia não define o estado presente da ciência econômica. A ortodoxia, em dado ponto do tempo, é aquela que os historiadores do pensamento econômico classificam como a escola de pensamento dominante no período mais recente. Naturalmente, a ortodoxia varia de acordo com o momento no qual a análise do pesquisador se encontra. Logo, a passagem do bastão de uma escola de pensamento ortodoxa para outra só pode ser percebida claramente após o decurso de longos períodos de tempo.

Tanto Colander, Holt e Rosser Jr (2004, p. 490), quanto Dequech (2007, p. 293), veem a economia neoclássica como o mais recente pensamento ortodoxo. Do ponto de vista acadêmico, essa abordagem se caracteriza a) pela maximização da utilidade como critério de racionalidade; b) pela ênfase em estados de equilíbrio; e c) pela negligência de formas fortes de incerteza, especialmente a incerteza fundamental (Dequech, 2007, p. 280).

Do ponto de vista de política econômica, a economia neoclássica é usualmente entendida como aquela que se equivale à concepção neoliberal derivada do Consenso de Washington, em que pesam as recomendações por privatização, liberalização e estabilidade macroeconômica, materializada em estabilidade de preços (Cypher, 1998, p. 47; Stiglitz, 2008, p. 41). Nessa linha, uma forma alternativa de caracterizar as políticas neoclássicas como ortodoxas se dá através da estreita relação histórica entre essas políticas e os principais órgãos econômicos, financeiros e monetários internacionais, dentre os quais o Fundo Monetário Internacional (FMI) possui especial centralidade. Essa relação dificulta a dissociação entre o pensamento dominante e a posição adotada pelos credores internacionais². Todavia, essa definição imputaria um caráter estático ao termo *ortodoxia* que viria desde, pelo menos, Bretton Woods, em 1944, quando grandes instituições como o FMI e o Banco Mundial foram criadas. Desde então, as condicionalidades impostas aos países como, por exemplo, contrapartidas à concessão de crédito, tais quais a austeridade nas políticas fiscal e monetária e a estabilidade dos preços como medida de estabilidade econômica, permaneceram aproximadamente estáveis³ (Katseli, 1983, p. 359; Woller e Hart, 1995, p. 2). Por

² Como se verá na seção 4.2, essa confusão alcança os níveis mais altos, como o Ministro da Fazenda Guilherme da Silveira deixou claro, em 1949.

³ Para mais detalhes sobre a história do FMI, ver Yago, Asai e Itoh (2015).

esse motivo, opta-se aqui por dar maior peso à definição acadêmica de Colander, Holt e Rosser Jr (2004) e Dequech (2007).

O *mainstream*, por sua vez, tido na maioria das vezes como sinônimo de ortodoxia, seria uma categoria *sociológica*, representada por aquilo que: a) é ensinado nos centros mais renomados; b) é publicado nas revistas mais conceituadas; c) é o maior alvo de financiamento para pesquisa; e d) recebe os prêmios mais prestigiados (Dequech, 2007, p. 281). Trata-se de uma categoria que não se restringe somente a uma escola de pensamento. Uma teoria pode ser parte do *mainstream*, mas jamais ter sido ou vir a ser ortodoxa. Na verdade, uma grande característica do *mainstream* é justamente a de se posicionar de forma crítica em relação a determinados aspectos da ortodoxia, entendida como uma tradição intelectual herdada do passado. O método científico utilizado, por outro lado, sofre muito pouca variação entre essas categorias (Colander, Holt e Rosser Jr., 2004, p. 492). Naturalmente, assim como a ortodoxia possui também um componente sociológico, embora não seja por ele definido, a heterodoxia possui esse componente intelectual adicional.

Por fim, a heterodoxia é uma categoria que possui elementos tanto intelectuais quanto sociológicos. Do ponto de vista intelectual, a heterodoxia é, assim como o *mainstream*, crítica a variados aspectos do pensamento ortodoxo. Do ponto de vista sociológico, todavia, a heterodoxia encontra-se também fora do *mainstream*. Essa exclusão ocorre por uma série de fatores, dentre os quais o principal talvez seja a recusa em aderir à rigidez dos métodos ou aos pressupostos usualmente postos em prática pelos adeptos das escolas de pensamento dominantes. A exclusão da heterodoxia faz com que os economistas que integram esse grupo não tenham sua teoria difundida nos principais centros acadêmicos e nas revistas mais renomadas e que não sejam alvo de financiamento de pesquisa e dos prêmios mais prestigiados (Colander, Holt e Rosser Jr., 2004, p. 491-492).

3. O *Zeitgeist* de meados do século XX

Definido, então, o que entendemos por ortodoxia, cabe agora avaliar em que consistia o *Zeitgeist* da ciência econômica em níveis brasileiro e mundial em meados do século XX. Feito isso, ilustraremos na seção subsequente um exemplo concreto de como a historiografia da economia brasileira trata um determinado período no qual identificamos esse componente de anacronismo. O apontamento

acerca do pensamento dominante em cada um desses cenários não se pretende extenso. O objetivo é simplesmente indicar quais eram as escolas de pensamento e a práxis dominantes. Ao leitor interessado em se aprofundar na matéria, indicações adicionais de leitura serão assinaladas.

3.1 A ortodoxia no mundo

O evento que deu forma ao pensamento econômico ortodoxo internacional em meados do século XX foi a chamada *revolução keynesiana*⁴, a qual Backhouse (2006, p. 19) coloca como principal traço da macroeconomia no século passado.

Nos anos que se seguiram à publicação d'*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em 1936, quase a totalidade do debate econômico se concentrou em tratar as proposições keynesianas de forma cada vez mais formal, buscando garantir maior cientificidade às proposições de Keynes. Segundo Leijonhufvud (1968, p. 3), “*no other economic work in this century has been the subject of anything even approaching the vast outpouring of commentary and criticism that the General Theory has received*”.

A profundidade com a qual a *revolução keynesiana* alterou o norte da ciência econômica é algo que não se verifica com demasiada frequência nas ciências sociais (Blaug, 1991, p. 171, 188; Landreth e Colander, 1996, p. 2). Tamanha foi a captura da ciência econômica pela teoria keynesiana⁵, que Barro (1989, p. 263) a coloca, nos anos 1960, como “*the only game in town*”. Para De Vroey (2015, p. 27), essa dominância do keynesianismo aconteceu entre as décadas de 1950 e 1970. Hoover (2003, p. 413), por sua vez, coloca o pensamento keynesiano como sendo o pensamento ortodoxo nos vinte e cinco anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Esse intervalo coincide com o período que é usualmente entendido como a era de ouro do capitalismo⁶.

Independentemente da exatidão da circunscrição temporal, fato é que, por aproximadamente um quarto de século, o keynesianismo dominou quase por completo a ciência econômica. Para cumprir as formalidades a que nos propomos,

⁴ Sobre as controvérsias envolvendo essa alcunha e o processo pelo qual esse movimento transcorreu, ver Laidler (1999).

⁵ Existe um longo debate acerca das diferentes concepções de teoria keynesiana. Não vamos nos aprofundar nas nuances de cada uma delas. Chamaremos aqui de teoria keynesiana aquela que se tornou dominante no cenário internacional. Para mais informações sobre essas concepções, ver Leijonhufvud (1968) e Laidler (1999).

⁶ Para mais sobre o período, ver Saes e Saes (2013, Quinta Parte).

esse artigo adota aqui o intervalo de tempo definido por Hoover como aquele que melhor representa essa hegemonia da teoria keynesiana. Com isso, pode-se dizer que a ortodoxia econômica entre 1945 e 1970 foi a economia keynesiana, composta primordialmente pelo diagrama IS-LM e pela tese da estagnação secular (Backhouse; Boianovsky, 2016, p. 959)⁷.

Para além disso, as ideias keynesianas apresentaram grande influência sobre a formulação de políticas econômicas no intervalo definido por Hoover. Paul Samuelson já reconhecia isso em 1955, na terceira edição de seu *Economics*. Para o autor, havia um consenso acerca da funcionalidade das políticas monetária e fiscal, fruto da integração entre a macroeconomia keynesiana e a microeconomia clássica, a qual Samuelson chamou de *síntese neoclássica* (De Vroey e Duarte, 2013, p. 4). Ademais, o livro *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations*, organizado por Peter Hall, em 1989, demonstra que o ideário keynesiano dominou tanto a academia quanto a política econômica de parcela significativa dos países mais desenvolvidos do mundo. Assim, até o surgimento de objeções empíricas mais robustas, em meados da década de 1970, a economia keynesiana apresentou-se como o pensamento ortodoxo internacional, e Keynes como o mais influente economista de sua geração (Backhouse, 2006, p. 25; Hall, 1989, p. 4).

3.2 A ortodoxia no Brasil

No Brasil, o cenário de meados do século XX é um tanto quanto particular. O país segue um movimento no pensamento econômico que é comum à boa parte da América Latina, mas cuja magnitude foge à percepção de parcela significativa da academia internacional. O órgão que organizou o relativo uníssono regional em política econômica em uma teoria especificamente trabalhada para o contexto periférico da região foi a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948.

Originalmente, a teoria avançada pela CEPAL visava preencher um vazio teórico contrário à ideologia neoliberal e favorável à industrialização, o que viria a fortalecer o pleno processo de industrialização e urbanização desencadeado na América Latina no imediato pós-guerra (Bielschowsky, 2000, p. 24). A teoria

⁷ Para maiores detalhes sobre esses componentes, ver Backhouse e Boianovsky (2016), Laidler (1999) e Leijonhufvud (1968).

desenvolvida pelo órgão constituía-se por um “[...] corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana”⁸. Sua peculiaridade manifesta-se pelo recurso a múltiplos arcabouços teóricos para fundamentar as políticas destinadas à superação do subdesenvolvimento (Mollo e Fonseca, 2013, p. 228).

No Brasil, o processo de dominância local do pensamento *estruturalista* da CEPAL, que deu fundamento e consolidou a estratégia *desenvolvimentista*, não foi diferente⁹. Como o título do livro de Bielschowsky (1995) sugere, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo perdurou de 1930 a 1964 na América Latina. No Brasil, mais especificamente, Bielschowsky (1995, p. 33) aponta que o período no qual o pensamento econômico nacional foi dominado pelo desenvolvimentismo se estendeu de 1945 a 1964 – logo, vê-se que o início do ciclo desenvolvimentista no Brasil e na América Latina como um todo é anterior mesmo à fundação da CEPAL. Esse intervalo coincide com o período que vai do fim da Segunda Guerra Mundial ao início do período militar no Brasil. Bielschowsky (1995, p. 162) acrescenta, ainda, que foi nesse ínterim que a academia brasileira viu nascer a obra-prima do estruturalismo brasileiro: o livro *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicado em 1959.

Ademais, para além da esfera acadêmica, o desenvolvimentismo apresentou enorme influência sobre a formulação da política econômica brasileira. Em seu trabalho de classificação dos governos latino-americanos que apresentaram estratégias desenvolvimentistas, Fonseca (2014, p. 41, ênfase no original) identifica o núcleo do conceito de desenvolvimentismo, ou seja, as características fundamentais para se entender uma política como prática desenvolvimentista, como composto pelos seguintes pontos: a) “a existência de um *projeto deliberado* ou *estratégia* tendo como objeto a nação e seu futuro”; b) “a *intervenção consciente e determinada do Estado* com o propósito de viabilizar o projeto”; e c) “a *industrialização*, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e o progresso técnico”.

Sob esse critério, entre 1930 e 1979, Fonseca (2014, p. 56-57) identifica somente dois governos brasileiros que *não* apresentaram estratégias

⁸ O livro organizado por Ricardo Bielschowsky, no ano de 2000, em dois volumes, intitulado *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*, reúne os principais trabalhos do órgão entre 1948 e 1998.

⁹ Bielschowsky (1995, p. 13) salienta algumas das diferenças entre o argumento da CEPAL e os argumentos dos desenvolvimentistas brasileiros.

desenvolvimentistas. Esses governos são o de Eurico Gaspar Dutra, entre 1946 e 1951, e o de Humberto de Alencar Castelo Branco, entre 1964 e 1967, já no período militar. Isso corresponde a aproximadamente dez anos sem o predomínio de políticas desenvolvimentistas em um intervalo que abrange cinco décadas¹⁰. Os demais governos, incluindo os militares, desenvolveram políticas que possuíam as três características identificadas por Fonseca como constituintes do núcleo duro do desenvolvimentismo. Dessa forma, a concepção desenvolvimentista pautou a política econômica brasileira durante boa parte do século XX, podendo ser definida senão como a teoria ortodoxa, em respeito à posição ocupada pelo Instituto Brasileiro de Economia e por economistas como Eugênio Gudim e Octávio Bulhões na academia brasileira, como uma teoria no mínimo tão relevante quanto a neoclássica do ponto de vista acadêmico e dominante na prática de política econômica a nível nacional em meados do século passado. Ademais, mais importante do que estabelecer o estruturalismo cepalino enquanto a ortodoxia brasileira nesse período é reconhecer que a economia neoclássica não a era.

4. Anacronismo e a historiografia da economia brasileira

A partir dos argumentos apresentados na seção anterior, pode-se concluir que a ortodoxia, conforme atualmente identificada com a teoria neoclássica, não se constitui como pensamento dominante de maneira intertemporal. Esse é o caso para o pensamento econômico em nível mundial – muito embora o arcabouço keynesiano dominante no pós-guerra fosse, do ponto de vista acadêmico, bastante aderente à economia neoclássica – e mais ainda para o Brasil, enquanto periferia intelectual inserida no contexto latino-americano. Nisso consta o principal argumento desse artigo.

Essa seção busca, então, ilustrar brevemente o argumento desenvolvido até aqui. Para isso, faz-se necessária a definição de dois elementos adicionais: a) um intervalo de tempo em que a atribuição de escola de pensamento ortodoxa à economia neoclássica não se sustenta, e b) um ou mais governos *não* desenvolvimentistas apontados por Fonseca nesse intervalo – o que os caracterizaria para nós como não ortodoxos, no contexto brasileiro.

¹⁰ Os governos de Jânio Quadros (entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961) e de Costa e Silva (entre 15 de março de 1967 e 31 de agosto de 1969) também não constam na lista de Fonseca (2014, p. 56-57). Porém, dada a brevidade de suas respectivas ocupações da cadeira de Presidente do Brasil, achamos razoável não os equiparar aos governos dos presidentes Dutra e Castelo Branco.

4.1 Os dois elementos da ilustração

Ainda pelo exposto na seção 3, fica claro que, embora a economia neoclássica seja a mais recente tradição ortodoxa em economia, esse não necessariamente foi o caso em meados do século XX. O diagrama abaixo ilustra esses períodos de predominância de outras escolas de pensamento, tanto em nível regional quanto em nível mundial.

Figura 1 – O pensamento ortodoxo de meados do século XX



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 1 é fundamental para o estudo proposto por esse artigo, pois direciona a análise a um intervalo específico de tempo. Como o nosso objetivo é avaliar o tratamento anacrônico do termo *ortodoxia*, uma maneira eficaz de fazê-lo é avaliar como a historiografia da economia brasileira trabalha a noção de pensamento dominante justamente no intervalo de tempo em que a ortodoxia não era a economia neoclássica. Naturalmente, o período que se apresenta como o de maior relevância é o que compreende o intervalo 1945-1964, que representa a interseção dos períodos em que o pensamento neoclássico não era hegemônico em nenhuma das instâncias. Nesse ínterim, tanto o pensamento dominante na academia brasileira quanto os pensamentos hegemônicos na América Latina e em nível mundial destoavam do que se entende usualmente por ortodoxia econômica.

Dentre os dois governos apontados por Fonseca como não desenvolvimentistas, somente o governo do General Eurico Gaspar Dutra, entre 1946 e 1951, encontra-se nesse intervalo. O governo de Castelo Branco, o primeiro dos governos militares, inicia-se ao final da interseção que nos interessa. Assim sendo, a ilustração de nosso argumento se dará principalmente através do tratamento dado pela historiografia da economia brasileira às políticas desenvolvidas durante a administração Dutra. Ademais, para além do Governo Dutra enquanto unidade de análise, três breves ilustrações adicionais serão tecidas a fim de dar maior robustez ao argumento.

É importante ressaltar que essas ilustrações cumprem o expediente de tentar redefinir a visão sobre o Governo Dutra ou sobre as demais políticas tratadas. O Governo Dutra e os três exemplos posteriores são utilizados de maneira incremental, com fins de ilustrar o argumento e, quiçá, dar força à ideia de que a utilização do termo ortodoxia deve ser qualificada.

A literatura que utilizaremos aqui como referência compreende os textos que discutem o Governo Dutra e que por ventura afirmem algo relacionado à posição intelectual de sua administração em termos de política econômica. Recorreremos, portanto, a livros-texto e outros trabalhos que versem sobre os cinco anos em que Dutra ocupou o cargo de Presidente da República.

4.2 O governo Dutra na historiografia da economia brasileira

Embora representativo para nossa análise, o Governo Dutra possui literatura especializada sensivelmente menos extensa que a de outros governos brasileiros. Não cabe a esse artigo discutir os motivos pelos quais o Governo Dutra apresenta *relativa* baixa relevância na historiografia da economia brasileira.

Eurico Gaspar Dutra foi eleito Presidente da República após a queda do Estado Novo varguista, tendo governado o país entre 31 de janeiro de 1946 e 31 de janeiro de 1951. A política econômica interna à sua administração é usualmente dividida em dois subperíodos. O primeiro vai do início de sua administração até 10 de junho de 1949, tendo Pedro Luis Correia e Castro à frente do Ministério da Fazenda. O segundo período, por sua vez, se estende da substituição de Correia e Castro na Fazenda por Guilherme da Silveira até o fim do mandato de Dutra (Saretta, 1995, p. 118; Vianna, 1992, p. 105; Vianna e Villela, 2011, p. 2-3).

Segundo Vianna (1992, p. 105) e Vianna e Villela (2011, p. 3), o primeiro período, conduzido por Correia e Castro, foi marcadamente ortodoxo. No intervalo que segue de meados de 1949 até o fim da administração Dutra, por outro lado, a política econômica teria apresentado maior flexibilidade nas metas fiscais e monetárias. Bastos (2004, p. 126) e Saretta (1995, p. 118) fazem diagnóstico bastante similar. Com Guilherme da Silveira, então, a política econômica de Dutra sofreu uma guinada e aproximou-se do intervencionismo desenvolvimentista.

Nesse tocante, é curioso notar um estudo de Ayres (2013) dedicado a debater qual classificação deveria ter um cômputo geral da administração Dutra. É um enfoque que tem como referência as políticas levadas a cabo nas duas fases

distintas do governo. Ayres (2013, p. 49) conclui que Dutra teve um início ortodoxo, mas que sua “adesão posterior ao desenvolvimentismo” acabou por dar ao seu governo um caráter geral mais próximo deste do que daquele.

A questão do presente estudo, por outro lado, é de natureza um tanto distinta, transitando da esfera da história econômica para a história intelectual: dado o equilíbrio de forças vigente na academia brasileira, seria razoável identificar a fase inicial do Governo Dutra como *ortodoxa* em contraponto a uma segunda fase desenvolvimentista? Para responder a essa questão, precisamos avaliar no que consistiram essas fases.

As perspectivas do Governo Dutra em sua aurora foram em grande medida pautadas pelos princípios liberalizantes advindos de Bretton Woods e das instituições internacionais ali organizadas. As expectativas quanto à situação econômica externa eram bastante favoráveis. Por esse motivo, o principal e mais grave problema identificado pela administração Dutra foi a inflação, tida como principal medida da instabilidade econômica. Uma vez que o diagnóstico do processo inflacionário brasileiro identificou os déficits orçamentários da União, e o decorrente excesso de demanda agregada, como principal fator desestabilizador, o tratamento adequado posto em prática partia de políticas fiscais e monetárias severamente contracionistas. A austeridade da política fiscal buscava o fim dos déficits orçamentários, ao passo que o caráter contracionista da política monetária, que levou a emissão de moeda a praticamente zero em 1947, visava reduzir o dispêndio privado. Esse esforço de Dutra é categoricamente rotulado pelos trabalhos aqui referenciados como *marcadamente ortodoxo* (Ayres, 2013, p. 19; Bastos, 2004, p. 126; Saretta, 1995, p. 118-119; Vianna, 1992, p. 105, 107-108, 119; Vianna e Villela, 2011, p. 3, 7).

Pelo exposto em seções anteriores, acreditamos que à essa altura o leitor compreenda que, dentro de nosso argumento, não se pode aceitar que esse expediente político seja caracterizado como ortodoxo no Brasil de meados da década de 1940. Isso não incorre em julgamento de valor algum quanto à validade ou efetividade de tais políticas. O argumento é simplesmente que esse exercício, do ponto de vista intelectual, não se identifica com uma agenda ortodoxa no Brasil. Logo, esse artigo não pode subscrever ao diagnóstico de que o Governo Dutra teve uma primeira fase ortodoxa.

Em sua segunda fase, o Governo Dutra apresentou severa inflexão em sua pauta política. A posição alegadamente ortodoxa que pautara a condução de política econômica de Correia e Castro, teria sido abandonada em prol de uma maior participação do Estado na economia (Ayres, 2013, p. 11; Saretta, 1995, p. 120; Vianna, 1992, p. 120-121; Vianna e Villela, 2011, p. 7-8). Retrato disso é o relatório do Ministério da Fazenda enviado a Dutra pelo novo ministro, Guilherme da Silveira, em 1949, no qual é explicitamente colocado: “Aos ortodoxos se afigurará que Vossa Excelência deveria ter evitado as emissões de papel moeda, mas eu asseguro a Vossa Excelência que essas emissões financiaram muitos investimentos indispensáveis ao desenvolvimento econômico do país” (Brasil, 1949, p. 21).

Nesse ponto é necessário recorrer a Hobsbawm (1983, p. 23) para ponderar que “aquilo que o observador contemporâneo vê não é necessariamente a verdade”, e que, portanto, “o historiador tem de buscá-la à viva força”. Logo, o excerto do relatório de Guilherme da Silveira ilustra a dificuldade em perceber o equilíbrio de forças vigentes na academia brasileira em ciência econômica. O Ministro julga que seus esforços vão claramente na *contramão* da ortodoxia, manifesta nas recomendações das instituições financeiras internacionais. Na verdade, entretanto, de acordo com o conceito intelectual de ortodoxia aqui adotado, esse pensamento não constituía a ortodoxia na academia brasileira. A grande expansão monetária no sentido de fomentar a atividade econômica e os novos investimentos, *especialmente industriais*, aproximam o governo Dutra do pensamento desenvolvimentista, dominante na academia e na formulação de política econômica no Brasil (Ayres, 2013, p. 50; Saretta, 1995, p. 118-120; Vianna, 1992, p. 121; Vianna e Villela, 2011, p. 7).

4.3 Ilustrações adicionais

É fundamental ter em conta também que, embora as políticas do Governo Dutra tenham sido aqui utilizadas à guisa de ilustração, elas não são os únicos exemplos de iniciativas não ortodoxas caracterizadas como ortodoxas no período 1945-1964. Elencamos aqui três breves exemplos. Esses exemplos ajudam a determinar que o problema aqui apontado não se caracteriza por uma questão historiográfica referente ao Governo Dutra, mas que se trata de uma inconsistência conceitual referente, de fato, à história da economia no Brasil.

Pinho Neto (1992, p. 154-155) explica que o primeiro Ministro da Fazenda de Café Filho (1954-1955), Eugênio Gudin, adotou políticas de austeridade fiscal e contração monetário-creditícia, além de liberalizar a importação de bens de capital através da Instrução 113 da Sumoc. A caracterização da gestão Gudin na Fazenda por Pinho Neto (1992, p. 157), contudo, define que “[...] o período correspondente a [sic] gestão Gudin testemunhou um dos mais ortodoxos programas de estabilização da história econômica contemporânea”. É certo que Gudin é o mais significativo representante da agenda econômica liberal no Brasil de meados do século XX. Pelas definições estabelecidas aqui, contudo, seu comprometimento com a austeridade fiscal e com a liberalização da entrada de capital no país não nos permitem classificá-lo como ortodoxo¹¹.

Abreu (1992, p. 198-200), por sua vez, qualifica o breve esforço de Jânio Quadros, em 1961, como uma aplicação conservadora de política econômica. Além de unificar o mercado de câmbio pela Instrução 204 da Sumoc, relegando-o à livre flutuação, Jânio teria atuado no sentido de tentar estabilizar a economia brasileira, cujos índices macroeconômicos foram gravemente afetados por Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas. A essa aplicação de política econômica Abreu deu o nome de “tentativa ortodoxa”.

Por fim, Serra (1998, p. 96) classifica o Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, em 1962, como um plano de estabilização, cuja natureza seria contracionista. Tal qual a “tentativa ortodoxa” de Jânio, o Plano Trienal foi uma tentativa de equilibrar uma economia cuja instabilidade fora agravada pelo Plano de Metas. Mais tarde, porém, Serra (1998, p. 101) caracteriza essas mesmas políticas de estabilização, tanto em busca da eliminação do déficit fiscal quanto em busca dos arrochos de crédito e de demanda agregada, como políticas “de corte ortodoxo”.

Assim, conquanto não extensos, esses exemplos indicam que o conteúdo do termo ortodoxia é tratado de maneira estática pela historiografia da economia brasileira, que retroage o significado usualmente dado à ideia de ortodoxia para outros períodos de tempo. Há, na literatura, uma coincidência atemporal entre políticas ortodoxas e políticas de austeridade e de estabilização. Argumenta-se aqui que a substância do termo ortodoxia é histórica e geograficamente localizada. Sendo assim, nossa abordagem rechaça esse tratamento unidimensional dado ao termo.

¹¹ A bem da verdade, existe grande debate em torno da filiação teórica de Gudin. Para mais informações acerca desse debate, ver Cruz e Silva, Cavalieri e Curado (2021, p. 88).

5. Conclusão

Esse artigo buscou apontar o tratamento anacrônico que o termo *ortodoxia* recebe na historiografia da economia brasileira. Dada a centralidade do debate *ortodoxia versus heterodoxia* no pluralismo da academia nacional, acreditamos que esse exercício é de considerável importância.

Como se verificou, o pensamento ortodoxo de meados do século XX não era aquele ao qual o termo usualmente se refere, ou seja, a economia neoclássica. Assim, a viagem do termo pela história do pensamento econômico faz com que o seu significado seja distorcido. O anacronismo ao se tratar o que se tem hoje por ortodoxia como pensamento hegemônico de maneira estática e atemporal faz com que o *Zeitgeist* de momentos históricos muito particulares se perca.

Para chegar a essa conclusão, a suposição de que ortodoxia é uma categoria intelectual dinâmica e o reconhecimento de que o pensamento econômico não se verifica falseável ao longo de sua história são centrais. Como já mencionado, uma concepção de ortodoxia distinta da aqui adotada pode fazer com que o leitor apresente restrições ao argumento apresentado nesse artigo.

Ademais, através de critérios bem definidos, optamos por ilustrar nosso argumento a partir do tratamento dado pela literatura ao governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, entre 1946 e 1951. A ilustração mostra que, no que tange à política econômica interna, o Governo Dutra pode ser dividido em dois intervalos: 1946-1949 e 1949-1951. O primeiro deles, motivado pelas influências liberais de Bretton Woods, pautou-se por políticas fiscal e monetária contracionistas, com vistas a debelar o processo inflacionário que se encontrava em curso. Isso é um fato consagrado pela historiografia da economia brasileira e há pouca margem para discussão quanto à veracidade desse esforço. Entretanto, esse exercício austero de estabilização é tratado por essa mesma literatura especializada como *ortodoxo*. Austeridade e estabilização não são, todavia, centrais às recomendações do que se caracterizou aqui como ortodoxia na economia brasileira em meados do século XX. É em sua segunda fase, quando se acredita que a política econômica dissidiu da dita ortodoxia, que o Governo Dutra se aproximou do pensamento apresentado na seção 3.2 como dominante no Brasil. Julgamos, portanto, que a ilustração corrobora o argumento desenvolvido nesse artigo.

Esse artigo conclui, então, que, de fato, há um tratamento aparentemente anacrônico do termo *ortodoxia* na historiografia da economia brasileira. Não se

pretende, com isso, retirar a validade teórica e didática dos trabalhos que o fazem. Busca-se aqui somente tecer uma provocação à historiografia da economia brasileira, no sentido de buscar que termos cujo conteúdo é tão significativo para a disciplina sejam tratados com mais rigor.

Por fim, reconhecemos que o emprego do termo ortodoxia de forma genérica, representando um conjunto de políticas corriqueiramente vistas como neoclássicas, possui um valor didático bastante considerável para a história econômica. A utilização desse vocábulo permite que o viés de certos movimentos históricos possa ser entendido de maneira mais abrangente. Em um universo no qual *ortodoxia* responde de maneira atemporal por movimentos contracionistas, liberalizantes, privatizantes e estabilizadores, classificar um fenômeno como tipicamente ortodoxo tem o poder de auxiliar o leitor, especialmente o pouco familiarizado com o assunto, a compreender melhor do que se trata um referido evento. Tal valor didático, contudo, não exime esse exercício das imperfeições anacrônicas que o permeiam. Para a história intelectual, o custo atrelado a esse ganho didático é a compreensão rasa de que o pensamento neoclássico sempre foi aquele que dominou os cenários acadêmico e político do pensamento econômico brasileiro. Novamente, há uma relação demasiado direta entre tempo e cultura para que tal afirmação possa ser realizada.

Referências

ABREU, M. de P. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 197-212, 1992.

ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, J. *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, p. 11-46, 1996.

AYRES, L. Governo Dutra: ortodoxia versus desenvolvimentismo no Brasil do pós-guerra. 52 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BACKHOUSE, R. The Keynesian revolution. In: BACKHOUSE, Roger; BATEMAN, Bradley. *The Cambridge Companion to Keynes*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 19-38, 2006.

BACKHOUSE, R.; BOIANOVSKY, M. Secular stagnation: the history of a macroeconomic heresy. *The European Journal of the History of Economic Thought*, v. 23, n. 6, p. 946-970, 2016.

- BARRO, R. New Classical and Keynesians, or the good and bad guys. *Schweizerische Zeitschrift für Volkswirtschaft und Statistik*, v. 1, n. 3, p. 263-273, 1989.
- BIELSCHOWSKY, R. Introdução. IN: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: Volume 1*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo: 1930-1964*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1995.
- BLAUG, M. Second thoughts on the Keynesian revolution. *History of Political Economy*, v. 23, n. 2, p. 171-192, 1991.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Relatório*, 1949.
- COLANDER, D.; HOLT, R.; ROSSER JR., B. The changing face of mainstream economics. *Review of Political Economy*, v. 16, n. 4, p. 485-499, 2004.
- CRUZ E SILVA, V.; CAVALIERI, M. A. R.; CURADO, M. On the transmission of Keynes' and Keynesian ideas in Brazil through Eugênio Gudín's *Principles of Monetary Economics*. *The European Journal of the History of Economic Thought*, v. 28, n. 1, p. 83-102, 2021.
- CYPHER, J. The slow death of the Washington Consensus on Latin America. *Latin American Perspectives*, v. 25, n. 6, p. 47-51, 1998.
- DE GRAZIA, M. Anachronism. IN: CUMMINGS, Brian; SIMPSON, James. *Cultural reformations: medieval and renaissance in literary history*. Oxford: Oxford University Press, p. 13-32, 2010.
- DE VROEY, M. *A history of macroeconomics from Keynes to Lucas and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- DE VROEY, M.; DUARTE, P. G. In search of lost time: the neoclassical synthesis. *The B.E. Journal of Macroeconomics*, v. 13, n. 1, p. 1-31, 2013.
- DEQUECH, D. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.
- FERNÁNDEZ, R.; SUPRINYAK, C. Manufacturing pluralism in Brazilian economics. *Journal of Economic Issues*, v. 53, n. 3, p. 748-773, 2019.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. IN: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Orgs.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, p. 29-78, 2014.

HALL, P. Introduction. In: HALL, Peter. *The political power of economic ideas: Keynesianism across nations*. Princeton: Princeton University Press, p. 3-26, 1989.

HOBSBAWM, E. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.

HOOVER, K. A history of postwar monetary economics and macroeconomics. In: SAMUELS, W.; BIDDLE, J.; DAVIS, J. *A companion to the history of economic thought*. Malden: Blackwell Publishing, p. 411-427, 2003.

KATSELI, L. Devaluation: a critical appraisal of the IMF's policy prescriptions. *The American Economic Review*, v. 73, n. 2, p. 359-363, 1983.

LAIDLER, D. *Fabricating the Keynesian revolution: studies on the inter-war literature of money, the cycle and unemployment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

LANDRETH, H.; COLANDER, D. *The coming of Keynesianism to America: conversations with the founders of Keynesian economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.

LEIJONHUFVUD, A. *On Keynesian economics and the economics of Keynes: a study in monetary theory*. New York: Oxford University Press, 1968.

LISBOA, M. A miséria da crítica heterodoxa: primeira parte: sobre as críticas. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 1, n. 2, p. 5-66, 1997.

LISBOA, M. A miséria da crítica heterodoxa: segunda parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 2, n. 3, p. 113-151, 1998.

MCCLOSKEY, D. *The rhetoric of economics*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

MOLLO, M. de L. R. FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Revista de Economia Política*, v. 33, n. 2, p. 222-239, 2013.

MOLLO, M. de L. R. Ortodoxia e heterodoxia monetárias no Brasil: a questão da neutralidade da moeda. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 3, p. 323-343, 2004.

PINHO NETO, D. O interregno Café Filho: 1954-1955. In: ABREU, M. de P. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 151-169, 1992.

SAES, F. A. M.; SAES, A. M. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SARETTA, F. A política econômica brasileira 1946/1950. *Revista de Sociologia e Política*, v. 3, n. 04-05, p. 113-129, 1995.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira. In: BELLUZZO, L. G. de M.; COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 69-138, 1998.

STIGLITZ, J. Is there a post-Washington Consensus? In: SERRA, N.; STIGLITZ, J. *The Washington Consensus reconsidered: towards a new global governance*. Oxford: Oxford University Press, p. 41-56, 2008.

VIANNA, S. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, M. de P. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 105-122, 1992.

VIANNA, S.; VILLELA, A. O pós-guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, F. *et al. Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 1-24, 2011.

WOLLER, G.; HART, D. K. Latin American debt, the IMF, and Adam Smith: a proposal for ethical reform. *The Journal of Socio-Economics*, v. 24, n. 1, p. 1-20, 1995.

YAGO, K.; ASAI, Y.; ITOH, M. *History of the IMF: organization, policy, and market*. Tóquio: Springer, 2015.